

**“Nós temos essa  
resistência e essa  
existência. Nós existimos”:  
Enfrentamentos da Covid-  
19 pelos Assuriní da terra  
indígena Trocará**

Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro e  
Edna Ferreira Alencar

**Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro**

Universidade Federal do Pará – Belém, PA, Brasil.

E-mail: barbaracameta@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4550-702X

**Edna Ferreira Alencar**

Universidade Federal do Pará – Belém, PA, Brasil.

E-mail: ealencar@ufpa.br

ORCID: 0000-0002-1615-2792

**Resumo:** A rápida expansão do vírus SARS-CoV-2 (Novo Coronavírus) pelo Brasil tornou o país no epicentro de uma crise sanitária, social e política, reforçando a lógica excludente das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Centrado no povo Assuriní da Terra Indígena Trocará, este artigo tem como objetivo analisar como esse povo foi afetado pela pandemia, e destacar suas estratégias de enfrentamento do vírus. Os dados analisados foram obtidos por meio da netnografia, realizando entrevistas com duas lideranças locais usando telefones celulares e aplicativo *Whatsapp*. Os resultados apontam que a proximidade com a cidade de Tucuruí, a falta de orientações sobre medidas de prevenção e de acesso a tratamento são fatores que contribuíram para a morte de lideranças históricas, para acentuar a precariedade sanitária, a insegurança alimentar e reforçar a condição de vulnerabilidade social desse povo, levando-os a desenvolver estratégias para ter acesso a alimentos, proteger os moradores e seu território.

**Palavras-chave:** Povo Assuriní; Covid-19; vulnerabilidades; resistências.

Artigo recebido em 30 de abril de 2021 e aprovado para publicação em 07 de março de 2022.

DOI: 10.33871/nupem.2022.14.33.155-176

**“We have this resistance and this existence. We exist”: the fight against COVID-19 by the Assuriní of the Trocará indigenous land**

**Abstract:** The fast spread of the SARS-CoV-2 virus (New Coronavirus) in Brazil has made the country the epicenter of a health, social and political crisis, reinforcing the exclusionary logic of public policies aimed at indigenous peoples. Focusing on the Assuriní people of the Trocará Indigenous Land, this article aims to analyze how they were affected by the pandemic, and also to highlight the strategies for fighting against the virus. The data analyzed were obtained by means of the netnography, carrying out interviews with two local leaders by using cell phones and WhatsApp. The results indicate that the proximity to the city of Tucuruí, the lack of guidance on preventive measures and access to treatment are factors that contributed to the death of historical leaders, to accentuate the precarious health and food insecurity, and to reinforce the social vulnerability condition of this people, leading them to develop strategies to access food, protect the villagers and their territory.

**Keywords:** Assurini People; COVID-19; Vulnerabilities; Resistances.

**“Nosotros tenemos esa resistencia y esa existencia. Nosotros existimos”: enfrentamientos de la Covid-19 por los Assuriní de la tierra indígena Trocará**

**Resumen:** La rápida expansión del virus SARS-CoV-2 (Nuevo Coronavirus) por el Brasil tornó el país en el epicentro de una crisis sanitaria, social y política, reforzando la lógica que excluye las políticas públicas direccionadas a los pueblos indígenas. Centrando en el pueblo Assuriní de la Tierra Indígena Trocará, este artículo tiene como objetivo analizar cómo ese pueblo fue afectado por la pandemia, y destacar sus estrategias locales de enfrentamiento del virus. Los datos analizados fueron obtenidos por medio de la netnografía, realizando entrevistas con dos líderes locales usando móviles y aplicativo de *WhatsApp*. Los resultados apuntan que la proximidad de con la ciudad de Tucuruí, la falta de orientaciones sobre las medidas de prevención y de acceso al tratamiento son factores que contribuyeron para la muerte de líderes históricos, para acentuar la precariedad sanitaria, la inseguridad alimentar y reforzar la condición de vulnerabilidad social de ese poblado, haciendo con que ellos desarrollasen estrategias para tener acceso en alimentos, proteger sus moradores y su territorio.

**Palabras clave:** Pueblo Assuriní; Covid-19; Vulnerabilidades; Resistencias.

## Introdução<sup>1</sup>

Os primeiros casos de pessoas contaminadas pelo vírus SARS-CoV-2 (Novo Coronavírus) ocorreu na China no mês de dezembro 2019 (OMS, 2020), mas em março de 2020 o vírus já havia se espalhado rapidamente por todo o mundo, alcançado índices alarmantes de contágios e de óbitos devido ao agravamento dos sintomas e ineficácia dos tratamentos. Este quadro sanitário levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizar a Covid-19 como uma pandemia em março de 2020 (OMS, 2020).

No Brasil, os casos de contaminação e de óbitos se intensificaram a partir do primeiro trimestre de 2020, quando o vírus atingiu todos os estados do território nacional, provocando caos nos sistemas de saúde e o agravamento da desigualdade social já estruturada no país. Para Almeida, Marin e Melo (2020, p. 31) essa crise pandêmica revela excessivamente o “arco das desigualdades sociais e regionais” e a ineficácia das políticas de Estado em níveis federal, estadual e municipal até então postas em prática no Brasil.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) os grupos sociais que mais sofrem com os efeitos da pandemia são os mais pobres e vulneráveis que residem majoritariamente em países em desenvolvimento (ONU, 2020b), e alerta para a urgência dos governos locais, no âmbito federal e estadual, implementarem ações e elaborar políticas públicas que possibilitem a esses grupos o acesso a serviços sanitários, ao atendimento à saúde e a alimentação.

No Brasil a pandemia afetou com maior intensidade categorias sociais que fazem parte dos grupos vulnerabilizados (ONU, 2020a) como as populações periféricas das zonas urbanas, populações tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas, pesqueiras, povos indígenas, entre outras categorias sociais e étnicas. Neste contexto, a precariedade das condições sanitárias, as dificuldades crônicas de acesso a água potável e a tratamento de doenças se somaram a outras deficiências, contribuindo para que esses grupos não disponham de estrutura adequada para enfrentá-la. Esse conjunto de deficiências revela a precariedade de suas vivências diante do descaso do poder público (Almeida; Marin; Melo, 2020).

O relatório técnico elaborado em abril de 2020 pelo Grupo de Trabalho sobre Vulnerabilidade Sociodemográfica e Epidemiológica dos Povos Indígenas no Brasil à Pandemia da Covid-19, formado por especialistas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020), alertou para os riscos iminentes da pandemia se espalhar entre os povos indígenas brasileiros potencializados pela letalidade do vírus e devido à fragilidade do sistema imunológico desses povos que os tornam altamente suscetíveis às infecções respiratórias agudas. O contato com o vírus da Covid-19 poderia levar ao extermínio de alguns grupos, à semelhança do que aconteceu no período colonial a partir do contato com os europeus, marcado por doenças provocadas por vírus com alto poder de letalidade – como a varíola, o sarampo e gripe, por exemplo.

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: Aos Assuriní da TI Trocará, pela parceria, afetividade e disponibilidade em contribuir com esse trabalho, que mesmo nesses tempos incertos e de grandes perdas continuam resistindo e persistindo em busca de direitos, da continuidade de suas práticas e de seu povo.

De acordo com relatórios de monitoramento elaborado pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2020, p. 13) sobre os números de pessoas contaminadas dentro das Terras Indígenas, os dados apontam que os “povos indígenas estão em uma situação de grande vulnerabilidade com risco real deste novo vírus causar outro genocídio em comunidades indígenas dentro dos territórios tradicionais”.

Como previsto, em poucos meses o vírus se espalhou pelos vários territórios étnicos situados em várias regiões do Brasil e pertencentes a diferentes etnias, aumentando consideravelmente o número de pessoas contaminadas dentro e fora das aldeias (Almeida; Marin; Melo, 2020), deixando um rastro de mortes, de insegurança alimentar e precarização do atendimento à saúde. Este contexto foi agravado pela ausência de programas e políticas públicas implementadas pelo governo federal, responsável legal pela atenção básica à saúde desses povos, e com capacidade de adotar medidas de prevenção ao vírus, de garantir acesso a alimentos e tratamentos dentro de suas aldeias. Nesse sentido, uma das principais reivindicações dos povos indígenas tem sido a instalação de hospitais em áreas prioritárias das Terras Indígenas (ISA, 2020).

Outros relatórios de monitoramento dos impactos do vírus sobre os povos indígenas realizados por organizações não governamentais como o Instituto Socioambiental (ISA), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outros, também destacaram os impactos da pandemia sobre os povos indígenas. Mencionam, ainda, que as poucas ações desenvolvidas pelos governos a nível estadual e federal não conseguiram suprir as necessidades básicas dessas populações que já se encontravam em situação de vulnerabilidade.

Segundo relatório da APIB (2020), no início de setembro de 2020, havia cerca de 30.218 casos confirmados de pessoas infectadas, sendo 156 povos afetados e 786 indígenas mortos. Contudo, para a APIB (2020, p. 14) esses números não traduzem a realidade uma vez que não tem sido realizada a testagem em massa da população indígena em todo o país, e que existe “uma disparidade significativa entre o número de casos confirmados e a quantidade real de pessoas infectadas”. O relatório destaca também uma grande preocupação das lideranças indígenas com os impactos negativos da Covid-19 nos territórios étnicos que são agravados pela falta de políticas de enfrentamento ao vírus.

A falta de testes e a subnotificação pela não inclusão nos bancos de dados de monitoramento dos órgãos de saúde dos casos de contaminação e óbitos entre os indígenas que habitam em contextos urbanos, contribuem para que o impacto da Covid-19 sobre povos indígenas seja subestimado, e dificulta as ações de combate ao vírus. Nesse sentido, dados de monitoramento da Covid-19 sobre povos indígenas disponibilizados na plataforma do ISA (2020) apontam que os dados oficiais do Ministério da Saúde sobre as dinâmicas nas taxas de notificações do número de pessoas afetadas pela Covid-19, além de não refletir a realidade da contaminação, também dificultam o reconhecimento de quais povos e regiões são mais afetados. O documento do ISA também alerta que não se dispõem de informações de casos de contaminação e óbitos entre os indígenas residentes fora das Terras Indígenas, como os centros urbanos e terras ainda não homologadas.

No estado do Pará a intensificação da propagação do vírus para o interior do estado ocorreu no mês de março de 2020, sendo que o primeiro caso de morte de indígena ocorreu no mês de abril (SESPA, 2020) na capital do estado. À medida que o vírus se espalhava para o interior do estado outros grupos étnicos foram sendo afetados, como é o caso do povo Assuriní que habita a Terra Indígena Trocará (TIT). Este povo vivenciou de maneira dramática as consequências da pandemia, com o registro de vários casos de pessoas com diagnósticos positivos de Covid-19 e, sobretudo, de óbitos de importantes lideranças locais que conduziram esse povo na luta pela defesa de seu território. Soma-se a esse quadro sanitário, a insegurança alimentar e outros desafios que os Assurini enfrentam desde o início da pandemia provocadas pelas medidas de isolamento social como uma forma de proteção e prevenção contra a contaminação pelo vírus. Outro desafio é a dificuldade de acesso a tratamento pelas pessoas contaminadas seja na aldeia ou fora dela.

Diante desse contexto adverso os Assurini da TI Trocará conseguiram desenvolver algumas estratégias para amenizar os impactos da pandemia sobre os moradores, enquanto procuram vislumbrar um futuro no qual não contarão com as orientações de seus principais líderes políticos, responsáveis por manter a unidade social, territorial e política da TI Trocará.

Diante do aumento do número de casos de contaminação e de óbitos de pessoas residentes na TI Trocará, principalmente dos anciãos que são lideranças históricas, buscamos realizar um breve estudo junto aos moradores dessa TI, principalmente de lideranças que habitam a aldeia sede, a aldeia Trocará, para conhecer quais os impactos da pandemia na vida dos moradores, conhecer as iniciativas adotadas pelos governantes do município de Tucuruí em relação às ações de prevenção da população da TIT contra a contaminação pelo vírus, em relação ao acesso a tratamentos da doença por profissionais de saúde que atuam nas aldeias, e sobre formas de acesso a tratamento médico em casos de agravamento da doença causada pelo vírus na cidade de Tucuruí. Nesse sentido, buscamos conhecer as perspectivas dessas lideranças sobre o futuro desse povo diante de um cenário de descaso do poder público.

Com o agravamento da pandemia algumas medidas de proteção aos povos indígenas foram adotadas dentre as quais destacamos o fechamento das TI para ingresso de pessoas não indígenas e o impedimento dos moradores de se deslocarem até a cidade de Tucuruí. Em virtude disso, na impossibilidade de realizar pesquisa de campo no método presencial que permite a interação e observação direta, para contactar os moradores e obter as informações que precisávamos, utilizamos algumas estratégias de pesquisa que consistiu na utilização de tecnologias de comunicação virtuais, como telefones e aparelhos *smartphone* com uso de aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Desta forma, para a coleta de dados com as lideranças Assuriní, utilizamos o método da netnografia. De acordo com Kozinets (2014), netnografia é uma abordagem metodológica de pesquisa observacional participante, baseada em trabalho de campo *on-line*, que segue um conjunto de protocolos e procedimentos para a coleta de dados por meio da internet, distintos do método tradicional.

Sendo assim, por meio da troca de mensagens de áudio, mensagens de textos e ligações telefônicas, realizadas com o consentimento dos interlocutores, entrevistamos duas lideranças da aldeia sede, o senhor Oliveira Assuriní, responsável por um dos núcleos dessa aldeia, e o professor indígena

Waremoa Assuriní, conhecido como Peppe. Ambos são filhos de dois anciãos que vieram a óbito em decorrência do agravamento da doença na primeira fase da pandemia.

Nas mensagens de áudios que nos foram enviadas, essas lideranças destacaram as dificuldades que os Assuriní estavam passando nos últimos meses da primeira fase da pandemia. Eles atribuíram às intensas interações dos moradores da aldeia com a cidade de Tucuruí como responsável pela entrada do vírus na aldeia Trocará e que persistiu, apesar das medidas de isolamento. A seguir apresentamos uma breve síntese da história da luta dos assurini da aldeia Trocará que levou à homologação de seu território, a TI Trocará do povo Assurini.

### **O povo Assuriní do Trocará e os primeiros casos de Covid-19**

A TI Trocará habitada pelo povo Assuriní do tronco linguístico tupi-guarani, está situada entre os municípios de Tucuruí e Baião, no estado do Pará. As aldeias estão situadas na margem esquerda do Rio Tocantins. A população atual gira em torno de 700 habitantes<sup>2</sup>. Os Assuriní são originários de uma região do rio Pacajá situada no município de mesmo nome, no sudoeste do estado do Pará, onde também habitavam os Parakanã.

Segundo Andrade (1992, p. 18) esses dois povos mantinham relações de tensão e conflitos que envolvia o “roubo e ciúmes de mulheres”, e que levaram os dois grupos a migrarem para outras terras. Os Parakanã se estabeleceram às proximidades do rio Pucuruí entre os municípios paraenses de Novo Repartimento e Itupiranga e os Assuriní do rio Trocará afluente do rio Tocantins por volta de 1953.

Desde então, os Assuriní passaram a interagir intensamente com o contexto urbano, sobretudo com a cidade de Tucuruí que está localizada a uma distância aproximada de 23 km da TIT. Esse contato frequente tem afetado seu modo de vida e sua cultura, com a introdução de novos hábitos alimentares, outro sistema religioso e mudanças no padrão de moradia da aldeia sede, que agregou muitos aspectos da arquitetura urbana na estrutura física de suas casas construídas em alvenaria, o uso de energia elétrica, água encanada dentre outros.

Na TI Trocará existem quatro aldeias, a Trocará, que é a aldeia sede, a Ororitawa, a Oimotawara e a Mururitawa. A aldeia sede concentra o maior número de moradores que mantem contatos frequentes com a cidade. Nas demais aldeias as famílias têm um modo de vida mais próximo de valores tradicionais, longe das modernizações e influências da cultura urbana. São esses moradores que fazem a vigilância do território, evitando a apropriação indevida da terra e dos recursos naturais como as caças, pescados, frutos, entre outros, por fazendeiros, madeireiros, caçadores e outros tipos de invasores (Ribeiro, 2017).

Os Assuriní da aldeia Trocará têm sua subsistência baseada na caça, na pesca, coleta e no cultivo de produtos agrícolas como mandioca, milho, arroz, cará, entre outros, que são destinados ao consumo diário e também à venda nas feiras da cidade de Tucuruí. Alguns moradores realizam trabalhos

<sup>2</sup> Dados informados pelos profissionais de saúde da TI em 2019, contabilizados através das doses de vacinas recebidas anualmente contra a Influenza (A-H1N1, A-H3N2 e Influenza B) em virtude que o censo da SIASI/SESAI que contabiliza o número de habitantes residentes na TI Trocará está datado de 2014 quando os Assuriní contavam com uma população de 546 pessoas.

assalariados na cidade de Tucuuruí; outros trabalham na escola da aldeia e no posto de saúde, com vínculo empregatício junto à prefeitura municipal de Tucuuruí, e outros recebem benefícios como aposentadorias e de programas sociais como o Bolsa Família. Para receber esses recursos eles precisam se deslocar até Tucuuruí, o que demanda interação constante com a cidade.

A aldeia sede está dividida em três núcleos familiares, como podemos observar na imagem 1, abaixo:

**Imagem 1: Mapa da estrutura física da aldeia Trocará**



**Fonte:** Dados de pesquisa (2020)<sup>3</sup>.

Cada um dos núcleos familiares é liderado por pessoas – mulheres e homens – responsáveis por representar os interesses de seus moradores juntamente aos demais habitantes da aldeia e fazer as articulações políticas dos grupos dentro e fora da TI, para lutar por melhorias para a TIT como um todo externamente. Eles atuam sob o comando de dois caciques, o cacique geral e o segundo cacique, que são responsáveis por tomar grandes decisões e validar as atitudes adotadas dentro da aldeia por todas/os.

O primeiro núcleo, corresponde ao conjunto de casas localizadas à entrada da aldeia (Imagem 2);

<sup>3</sup> O geoprocessamento do mapa nesse artigo foi realizado por Mayara Mariano, licenciada e bacharel em Geografia.

### Imagem 2: Início do primeiro núcleo da aldeia sede



**Fonte:** Dados de pesquisa (2019).

O segundo núcleo, recebe o nome de Vilinha devido a distribuição geográfica das casas ser em fileiras, formando uma vila de casas (Imagem 3). No modelo tradicional de acordo com Laraia e Da Matta (1967), os Assuriní formavam pequenos grupos locais, caracterizados pela existência de uma grande casa comunal e pequenas residências nas proximidades, denominadas tapiiris.

### Imagem 3: Núcleo Vilinha da Aldeia Trocará



**Fonte:** Dados de pesquisa (2019).

O terceiro núcleo, denominado de Núcleo Central, é onde estão localizadas a escola indígena, a unidade básica de saúde Indígena (UBSI), e o centro cultural da aldeia (Imagem 4).



#### Imagem 4: Início do Núcleo Central da aldeia Trocará



**Fonte:** Dados de pesquisa (2019).

Nos primeiros meses da pandemia seis líderes do povo Assuriní foram vitimados pelo agravamento de doenças causadas pelo vírus da Covid-19, deixando um vazio político e institucional que terá sérias consequências para os moradores da TI Trocará. Um deles é Sakamiramé Assuriní que ocupava o cargo de segundo cacique. Este posto continua vago após sua morte, pois a escolha do substituto é decidida de forma coletiva durante uma reunião que, na atual conjuntura, não é possível realizar. Outro líder que faleceu foi Puraké Assuriní, que era a principal liderança do núcleo central da aldeia. Ele contraiu o vírus teve agravamento da doença juntamente com sua esposa Ponakatu e sua irmã Iranoa. Neste caso, seu filho Oliveira foi convertido em liderança principal deste núcleo.

As implicações da morte dessas lideranças somente podem ser compreendidas quando se conhece o papel que desempenharam na luta em defesa do território que se intensificou na década de 1980 a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Nesse momento ocorreu uma grande interação desse povo com a cidade de Tucuruí, e o acesso de não indígenas à TI Trocará acarretou problemas tais como as violações do território assuriní, a exploração dos recursos naturais, a poluição do rio Tocantins e o desmatamento da área florestal da TI. Esse conjunto de fatores estão associados à escassez de alimentos e insegurança alimentar dos moradores.

Na década de 1990 foi construída a linha de transmissão de energia elétrica ligando a usina da Hidrelétrica de Tucuruí à cidade de Cametá e a outras localidades. Esse projeto, não autorizado pelos Assuriní, dividiu a TI ao meio e gerou vários tipos de injustiças e impactos sobre o território indígena Trocará, como o desmatamento de grandes áreas de floresta (Rovere et al., 2000).

Diante dessas violações várias ações de denúncia e resistência foram conduzidas por lideranças assuriní, entre as quais os anciãos mencionados acima, que organizaram protestos junto a órgãos públicos situados na cidade de Tucuruí e promoveram ações que consistiam na interdição de importantes rodovias como a BR 422 a Transcametá/Tucuruí, como uma estratégia para chamar a atenção para suas reivindicações e denunciar as injustiças. Eles também conseguiram realizar uma audiência dentro da TI com o juiz federal Hugo Frazão (Cf. Martins, 2018), para relatar os danos gerados pela construção da

UHT e o não cumprimento de pagamento de indenização e cumprimento de medidas de compensação por parte da Eletronorte.

Destacamos, nesse processo, a atuação dos caciques Sakamiramé e Puraké que, na condição de representantes ativos deste povo, sempre estiveram à frente, promovendo ações e manifestações visando repudiar e denunciar as usurpações de seus direitos, proteger o território, reivindicar melhorias sociais e da infraestrutura da aldeia, a implantação de serviços nas áreas de atenção à saúde e da educação.

As interações dos Assuriní com a cidade também estão associadas ao alto índice de alcoolismo na TI, sobretudo na aldeia Trocará, gerando graves problemas e agressões físicas dentro do espaço familiar. Outro problema vivenciado pelo grupo devido ao contato com o contexto urbano diz respeito ao contágio de doenças infecto contagiosas que provocou a morte de várias pessoas e a diminuição de sua população. Segundo Laraia (1967, p. 34) logo após os primeiros contatos dos Assuriní com os não indígenas na região do Trocará, “cerca de 50 indígenas morreram devido a uma epidemia de gripe e diarreia”. Esse fato provocou a fuga de um dos dois grupos que chegaram ao Trocará nos anos 1953 para o interior da floresta. Assim, por várias décadas os Assuriní têm resistido a esse processo de contágio e às investidas dos não indígenas sobre suas terras<sup>4</sup>.

No contexto da pandemia causada pela Covid-19 as lideranças locais se articularam para elaborar estratégias de contenção do avanço do vírus, buscando firmar parcerias com agentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) local (Sede em Tucuruí) e fechamento do portão de acesso à TI para impedir a entrada de não indígenas, nas aldeias. Contudo, tais medidas não impediram a contaminação dos moradores da TI. Assim, no final de março de 2020 surgiram os primeiros casos de contaminação que se espalhou entre os moradores das aldeias e várias pessoas foram acometidas com sintomas diversos, entre leves, moderados e graves, com alguns evoluindo a óbito.

Dentre os fatores apontados como agravantes está o deslocamento de pessoas até Tucuruí para realizar diversos serviços como o saque de benefícios sociais em agências bancárias e casas lotéricas, para comprar suprimentos alimentares e dentre outros serviços.

### **Situação de contágio e medidas locais de prevenção**

No mês de março de 2020 duas mulheres da aldeia Trocará começaram a manifestar os primeiros sintomas da infecção causada pelo vírus da Covid-19. Contudo, na época ainda não eram realizados os testes para detectar de maneira precoce a contaminação em regiões do interior do Estado do Pará. Assim, o material coletado para realizar os exames era enviado por meio da SESPA (Secretaria de Saúde do Pará) à Belém para ser analisado no laboratório Central do Estado (Lacen-PA) responsável pelos resultados oficiais.

---

<sup>4</sup> No livro “Falaram de extinção, mas nós resistimos”, Pinto et al. (2014) dizem que os “sábios-velhos” da aldeia Trocará relataram que no período que ocorreu a pesquisa de Laraia, mais de 200 indígenas estavam escondidos na floresta. Portanto o autor não teve acesso a esse grupo que retornou para o Posto de atração do SPI (Serviço de Proteção do Índio) posteriormente a 1962, ano que ele realizou sua pesquisa.

Como o resultado do teste realizado com material coletado com as duas indígenas demorou mais de um mês, somente após receberem o resultado do exame, com a documentação comprovando a contaminação, é que as lideranças locais realizaram uma reunião para informar aos demais moradores sobre a situação, e orientar sobre as medidas de prevenção que deveriam ser adotadas a partir de então. O objetivo era deter a cadeia de transmissão do vírus entre moradores da aldeia uma vez que a doença já havia se espalhado. Inicialmente o maior número de casos de infectados ocorreu na aldeia Trocará, afetando pessoas que habitavam nos diferentes núcleos da aldeia sede, porque os moradores, sobretudo os familiares das vítimas iniciais, continuaram a fazer viagens até a cidade. Além disso, as interações entre os familiares das várias aldeias contribuíram para espalhar o vírus que logo atingiu as aldeias mais afastadas.

Segundo informações da “Rede de Apoio Mútuo aos Indígenas do Sudeste do Pará<sup>5</sup>” que realiza o monitoramento de casos de Covid-19 entre povos indígenas do Sudeste paraense, em levantamento realizado no dia 27 de setembro de 2020, a TI Trocará contava com 90 infectados, equivalendo a 187,50 casos por cada 1.000 habitantes; com 6 mortes (12,50 mortes por 1.000 habitantes), uma taxa de letalidade de 6,67% e taxa de mortalidade de 11,88% (Cf. Rede, 2020). Contudo, a taxa de contaminação é muito maior do que expressado nesses números, pois em conversa realizada por telefone com a liderança local, o senhor Oliveira Assuriní, nos foi informado que nem todos os moradores notificaram os quadros de sintomas da doença junto aos órgãos de saúde existentes na aldeia Trocará porque temiam serem levados à cidade e virem a falecer nos hospitais. Com isso, muitas pessoas que tinham os sintomas da doença procuraram realizar o tratamento em suas casas, como se fosse uma gripe comum, e continuaram a conviver com seus familiares. Como se sentem desamparados pelos órgãos de assistência à saúde ou pela FUNAI essas pessoas passaram a tratar dos sintomas utilizando remédios à base de ervas, seivas, raízes, óleos de plantas medicinais, dentre outros fármacos que fazem parte de um acervo ancestral de práticas de cura.

Como na aldeia Trocará não existe estrutura de atenção à saúde com equipamentos e profissionais qualificados para tratar vários tipos de morbidade, especialmente daquelas causadas pela Covid-19, os casos graves são encaminhados às Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e ao Hospital Regional de Tucuruí onde há uma estrutura hospitalar e profissionais da saúde com condições de lidar com tais quadros clínicos. Por esse motivo é que alguns idosos que contraíram o vírus e tiveram agravamento nos quadros clínicos, foram levados para Tucuruí para fazer o tratamento. Contudo, diante do aumento dos números de caso de pacientes em estado grave que necessitavam de internação e leitos de UTI (Unidades de Terapia Intensiva), teve início uma situação dramática, a fila de espera por uma vaga em UTI. Enquanto isso as pessoas ficavam internadas nas UPAs onde não havia equipamentos médicos e profissionais adequados para o atendimento desses casos, onde acabavam desenvolvendo

---

<sup>5</sup> A Rede é composta por indigenistas, pesquisadores, missionários e militantes da causa indígena, com o objetivo de prestar auxílio em diferentes esferas a esses coletivos no decorrer desse período epidêmico. Mais informações sobre essa ação, conferir Reina (2020).

outros problemas clínicos tais como insuficiência renal e até evoluindo a óbito, como aconteceu com os anciãos da aldeia Trocará.

Entre os dias 22 a 24 de maio de 2020, num final de semana, quatro anciãos da aldeia Trocará que estavam internados à espera de vaga em UTI, evoluíram a óbito. Trata-se de quatro grandes lideranças que conduziram a luta em defesa e conquista do atual território, que procuravam manter viva a cultura ancestral Assuriní: a senhora Ponakatú Assuriní, faleceu no dia 22 de maio; em seguida faleceu o cacique Sakamiramé no dia 23 (Cf. Santos, 2020a); no dia 24 de maio faleceram Puraké (Cf. Santos, 2020b) e a senhora Iranoa Assuriní.

Assim como ocorreu com outros povos indígenas, essas mortes são uma grande perda uma vez que eram lideranças políticas e religiosas, guardiões da cultura, detinham profundo conhecimento da língua materna que procuravam incentivar seu uso na comunicação cotidiana. Alguns deles eram falantes de várias línguas (Cf. BBC News, 2020). Para o professor Peppe, filho de Puraké, essas pessoas tinham um papel importante e os considerava como “uma biblioteca de saberes ancestrais” do povo Assuriní que eram socializados por meio de rituais, de danças, cantorias de músicas e outros eventos realizados na aldeia Trocará (sede).

O ancião Sakamiramé Assuriní, conhecido como “Seu Pedro”, era o segundo cacique Assuriní e juntamente com o cacique geral, o senhor Cajuangawa (capitão), validava as grandes decisões tomadas nos contextos sociais, culturais, políticos e rituais das aldeias existentes na TI Trocará que pudessem contribuir para obter direitos e fortalecer a identidade Assuriní. Dentre as ações que conduziram juntos estão as manifestações com interdição da BR 422, que atravessa a Terra Indígena Trocará, e ações na cidade de Tucuruí. Com o falecimento dessas lideranças surgem fissuras nas estruturas políticas locais que ainda estão sendo processadas pelos moradores que precisarão escolher quem ocupará esses cargos.

Como cacique, Sakamiramé assumia muitas obrigações fora da aldeia e também se preocupava com os acontecimentos cotidianos, sendo frequente encontra-lo caminhando pelos espaços internos da aldeia sede, na escola e no posto de saúde para acompanhar de perto os trabalhos realizados. Como um grande incentivador da utilização da língua materna no cotidiano da aldeia ele dificilmente se expressava em português como um modo de incentivar o uso da língua pelos demais moradores. Há alguns anos ele consolidou a construção da aldeia Mururitawa e, desde então, passou a morar nessa aldeia, mas sempre se fazia presente na aldeia Trocará (sede) para acompanhar os diversos processos e para tratamento de saúde. Devido sua idade ele apresentava algumas debilidades que contribuíram para o agravamento dos sintomas da infecção pela Covid-19, evoluindo a óbito.

Puraké Assuriní, outra liderança vitimada pela Covid-19, era reconhecido como um cacique, mesmo não possuindo esse título, por sua forte liderança e atuação em questões sociais e políticas. De acordo com o professor Peppe Assuriní, filho de Puraké, o *status* de cacique geralmente é atribuído aos anciãos que desempenham função de liderança nos núcleos familiares e nas aldeias, sendo considerados como “os grandes pilares, os principais representantes indígenas, aqueles que sempre estiveram à frente para a continuidade de sua cultura e na luta por direitos e pelo território” (Peppe Assuriní, Entrevista,

2020). Outras lideranças políticas são os representantes dos núcleos familiares que respondem diretamente aos caciques, e são responsáveis por representar e defender os interesses dos moradores dos núcleos.

Puraké assumiu a função de liderança desde sua chegada às terras do Trocará, quando ainda jovem. Ele passou a intermediar as relações dos demais moradores com os agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, conseqüentemente, com as famílias que moram nas proximidades da TI, com moradores das vilas vizinhas e da zona urbana. Sua atuação na mediação de conflitos tinha repercussão na cidade de Tucuruí, onde era muito conhecido e respeitado. No decorrer dos anos em que os Assuriní vivenciaram um intenso contato que provocou mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais em seu modo de vida, Puraké foi uma grande voz que atuou em defesa de seu território e pela continuidade de práticas e saberes que constituem a cultura Assuriní.

Puraké sempre participava de rituais tradicionais, dançando, cantando e sendo possuído pelos karowaras (espíritos que entram no corpo dos participantes dos rituais por meio de ossos e dentes de animais). Ele realizava práticas de cura, seguindo os passos do pai que foi um grande pajé assuriní. Usava seus conhecimentos sobre plantas e ervas para curar doenças, indicando remédios obtidos com a manipulação de ervas e partes de plantas extraídas nas matas, nos rios e igarapés existentes dentro da TI e nas proximidades.

Esses conhecimentos e práticas lhe permitiram ser reconhecido e ser respeitado pelos moradores. Sua presença era constante em importantes rituais do povo Assuriní tais como a festa do jacaré, a festa do mingau e a dança da Tukasa (Andrade, 1992), incentivando os mais jovens a dar prosseguimento aos rituais. Ele também participava de eventos organizados pelos professores da escola indígena, como as gincanas e os intercâmbios interétnicos quando membros de outras etnias visitavam a TI, nos quais se fazia presente e muito se alegrava por sua realização, porque dava vivacidade à aldeia. Era incansável na luta em defesa dos direitos do povo Assuriní e uma das lideranças que estava à frente das ações que visavam denunciar as várias formas de injustiças cometidas contra eles. Participando de ações que resultaram na implantação da escola indígena e nas melhorias dos equipamentos de atenção à saúde na aldeia Trocará.

Puraké se destacou principalmente por liderar várias ações coletivas que visavam denunciar os danos causados pela construção da BR 422 aos Assuriní, dentre essas ações está o bloqueio da BR que se tornou uma das grandes estratégias usadas pelos Assuriní para denunciar as violações de seu território e dos direitos sociais e políticos. Com estas ações conseguiam dar visibilidade a suas demandas e cobrar do governo federal o cumprimento da Constituição. Outra estratégia de luta consistia em formar grupos de moradores – homens e mulheres – e se deslocar até a cidade de Tucuruí para realizar atos de protestos em frente as sedes de órgãos como a FUNAI e prefeitura municipal, onde apresentavam suas pautas de reivindicações. Portanto, algumas conquistas alcançadas pelos Assuriní – como a construção da escola, da unidade básica de saúde e as indenizações em decorrência da linha de transmissão de energia da UHT cortar a TI, mesmo que muitas ainda não tenham sido totalmente pagas – são resultado das ações lideradas por Puraké e outros anciões. Nas últimas décadas Puraké era a voz central da TI Trocará e,

sobretudo, de um dos núcleos da aldeia sede gerenciado por ele. Todos esses fatos evidenciam a grande perda em diferentes aspectos que sua morte representa para o povo Assuriní.

O professor Peppe (Entrevista, 2020), filho de Puraké com a senhora Ponakatu, frisou em sua fala que Puraké e Sakamiramé eram lideranças que representavam “Os dois grandes pilares da reserva se foram”. Essa ausência será muito sentida mesmo que outra pessoa seja escolhida para a função de segundo cacique e de liderança da aldeia sede. Ainda de acordo com Peppe, os Assuriní devem “agradecer o legado que deixaram. Tanto o que conquistaram, como o que vinham conquistando e que deixaram essa missão para as outras lideranças e pro cacique também tá conquistando, porque nós estamos na luta, ainda”.

Outra grande perda para os Assuriní foi a morte da senhora Ponakatú, esposa de Puraké, mais conhecida como dona Vanda. Ela não possuía um título que oficializasse sua liderança, mas no decorrer de sua vida desenvolveu várias ações que contribuíram para que fosse reconhecida como uma liderança local. Dentre as ações está o incentivo dado à realização de atividades que contribuíram para dar continuidade a certas práticas culturais, o incentivo do uso da língua materna e incentivo a confecção de artefatos usados em rituais, tais como colares, saiotos, brincos, cocares, entre outros, usando produtos da natureza.

Juntamente com seu esposo Puraké, ela estimulava a realização de alguns rituais tradicionais como a festa do jacaré e a festa do mingau, dos quais também participava de acordo com as funções e tarefas que eram delegadas às mulheres nesses rituais.

Ponakatú era uma grande artesã cuja habilidades e talento eram evidenciados nos produtos que confeccionava. Seu trabalho era reconhecido pela estética dos objetos que fazem parte da cultura material e imaterial assuriní e são usados em rituais e no cotidiano da aldeia. Nos últimos anos ela pouco produziu, deixando essa função a cargo de suas filhas e netas que, como aprendizes, seguiam seus passos dando continuidade a essa arte de grande importância no contexto social, ritual e econômico dos Assuriní da aldeia Trocará.

Outra grande perda para os moradores dessa aldeia foi o falecimento da senhora Iranoa, irmã de Puraké que é lembrada como uma grande incentivadora da prática de eventos que reforçam valores importantes da cultura assuriní. Apesar de ser reservada e raramente circular pelos lugares de sociabilidade desta aldeia, ela se fazia presente em todos os eventos realizados, como as gincanas, os encontros interculturais e, principalmente, em rituais como a festa do mingau, se destacando por sua experiência nas cantorias e nas danças.

Iranoa era uma das mulheres que mais tinha o domínio das técnicas de confeccionar os artefatos usados pelos Assuriní tanto no cotidiano como nos rituais tradicionais. Ela e seu irmão Puraké perderam os pais no início da década de 1950 quando ocorreram os primeiros contatos dos Assuriní com a população do município de Tucuruí – fazendeiros, produtores agrícolas das vilas e povoados vizinhos e/ou da zona urbana –, mas continuaram lutando pelo seu povo e pela continuidade de sua cultura, por isso tornaram-se grandes lideranças Assuriní.

No início do mês de julho de 2020 outros anciãos que estavam em tratamento de doenças causadas pelo vírus da Covid-19 tiveram agravamento do quadro clínico e evoluíram a óbito. Dentre eles destacamos o senhor Apioré morador da aldeia Oimotawara que faleceu no Hospital Regional de Tucuruí e o senhor Wiraparapu que devido à gravidade do caso havia sido encaminhado para Belém, mas que não resistiu e veio a óbito. Ambos tinham uma trajetória de atuação política que foi essencial para a resistência do povo Assuriní em defesa de direitos ao território, de atenção à saúde e a educação, participando efetivamente de manifestações e ações coletivas. Eram exímios participantes dos rituais, exercendo papéis centrais nas danças e cantorias que fazem parte da estrutura dos ritos, auxiliando na organização, estimulando a participação dos moradores, e incentivando sua continuidade.

### **Os impactos da morte das lideranças da TI Trocará e estratégias locais de proteção contra o vírus**

A breve biografia dessas lideranças Assuriní da TI Trocará que falecerem em decorrência do agravamento da doença provocada pelo coronavírus, evidencia a grande tragédia que está atingindo os Assuriní e outros povos indígenas no Brasil<sup>6</sup>. Essas lideranças se construíram no embate com os não indígenas, lutando de forma incansável em defesa de seus territórios, juntamente com os demais Assuriní do Trocará, com o objetivo de se fortalecer enquanto coletivo, os valores étnicos e resistir às mudanças que ameaçam a continuidade do povo Assuriní.

Eles carregavam títulos políticos enquanto caciques e lideranças, atuando dentro e fora da TI ou, de maneira mais restritiva, no contexto interno das aldeias. Todas e todos compartilhavam um mesmo objetivo que é dar continuidade à resistência em defesa de seus direitos que, por muito tempo, lhes foram negados.

O professor Peppe ao emitir uma nota de pesar pelo falecimento dessas lideranças ressalta os saberes que eles possuíam e que permite que sejam considerados como “uma enciclopédia viva de conhecimentos tradicionais e histórica do povo Assuriní”, que terá continuidade através daqueles que ficaram. Eles sabem que apesar das dores causadas pelas perdas precisam continuar a luta para realizar os projetos de melhorias que estão parados devido a pandemia da Covid-19.

Os problemas causados pela negligência do poder público que mesmo sabendo das especificidades e diferenciações entre os povos indígenas e a população regional, tende a igualar as demandas dos povos indígenas no atendimento aos problemas causados pela pandemia da Covid-19, usando os mesmos critérios para atender o restante da população do município.

Os governos municipal e estadual, por exemplo, não realizaram ações de prevenção contra a Covid-19 junto aos moradores da TI Trocará, e não destinaram leitos no Hospital Regional de Tucuruí ou mesmo em hospital de campanha para atender exclusivamente aos indígenas. A falta de apoio com equipamentos de prevenção e orientações sobre como evitar a contaminação pode ter contribuído

---

<sup>6</sup> Dados da Plataforma Covid-19 e os povos indígenas (APIB e ISA), apontam que no início de março de 2021 foram registrados 50.071 casos de pessoas indígenas infectadas e 991 mortes de pessoas pertencentes a 163 grupos étnicos (APIB, 2020).

significativamente para as mortes dos anciãos, já que não tiveram acesso a tratamentos adequados que poderiam ter evitado os óbitos.

A senhora Ponakatu, por exemplo, a primeira a falecer, aguardou sem sucesso por uma vaga em leito de UTI na UPA de Tucuuruí, vindo a falecer sem conseguir receber esse atendimento. O cacique Sakamiramé foi internado em uma UTI, mas como seu quadro clínico estava agravado, acabou não resistindo; a sra. Iranoa também faleceu na UPA aguardando por uma vaga em leito de UTI no Hospital; Puraké chegou a ser internado em UTI, mas devido ao desenvolvimento de uma insuficiência renal e a falta de equipamentos para realizar o tratamento, ele acabou falecendo antes de ser encaminhado para Belém. Apioré faleceu no Hospital Regional de Tucuuruí e Wiraparapu chegou a ser encaminhado para Belém, mas já em estado grave e depois de alguns dias não resistiu.

Estes são alguns exemplos de como a pandemia acentuou problemas estruturais nos serviços de atenção à saúde dos povos indígenas. As deficiências nos serviços de saúde expressas na falta de estrutura hospitalar para atendimento de alta complexidade como UTI, afetou duramente os povos indígenas que não tiveram tratamento diferenciado. O professor Peppe, caracteriza essas mortes como uma consequência do descaso do poder público para com os povos indígenas:

As pessoas contraíram essa doença, foram infectadas. Muitas foram transferidas pra UPA. Quando chega na UPA é muita dificuldade pra nós enquanto indígena, até porque eles vão lá e colocam no oxigênio. E a UPA não tem toda a estrutura pra tá atendendo a demanda de doentes de Covid, até por que não tem leito de UTI. E o Estado deveria criar um hospital de campanha, exclusivamente pra nós indígenas né, dentro do hospital regional. Isso não aconteceu. Até então essas pessoas que contraíram essa doença foram pra UPA, ficaram lá no oxigênio, depois foram entubados né, pra simplesmente morrer. Porque eles entubam as pessoas, e não tem como encaminhar pro hospital regional porque lá o leito de UTI tá superlotado, não tem nem mais leito de UTI. Então se torna difícil. Então a gente teve e tem essa dificuldade ainda (Peppe Assuriní, Entrevista, 2020).

A única ação da prefeitura dirigida aos moradores da TI Trocará foi a distribuição de máscaras de proteção que, na visão do professor Peppe, configura “um grande desrespeito, até porque a aldeia pertence ao município de Tucuuruí, ele deveria tá mais próximo da gente, contribuindo à mais, tanto na alimentação, tanto na medicação. No entanto, trouxeram só mascaras da prefeitura”.

Com relação às estratégias utilizadas pelos Assuriní para proteger os moradores das aldeias e evitar o aumento no número de óbitos, destacamos a intensificação dos cuidados de higiene e obediência às regras de isolamento social para evitar que mais pessoas fossem contaminadas e viessem a correr riscos, principalmente os idosos. O uso de máscaras tornou-se obrigatório nas aldeias, e as pessoas foram orientadas a não sair de casa sem justificativa plausível, evitando se deslocar até a cidade de Tucuuruí. Caso houvesse necessidade, precisavam de autorização das lideranças. Outra medida adotada foi isolar os idosos na escola da aldeia Trocará e garantir a continuidade das orientações de prevenção e cuidados feitas pelos/as profissionais de saúde. Os moradores sentiram os efeitos dessas medidas que se traduz no medo de morrer, fazendo com que evitassem sair de suas casas.

As lideranças começaram a cobrar dos órgãos competentes por mais assistência aos moradores da TI Trocará, e suas demandas foram reforçadas pelos noticiários na televisão – mesmo que discretos



– e nas redes sociais que contribuíram para dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos Assuriní e, de certa forma, para expor a necessidade de ações visando sua proteção contra a Covid-19.

No início do mês de julho de 2020 uma equipe de saúde do governo do Estado composta por médicos, enfermeiros e um profissional da vigilância sanitária foi enviada para TI para realizar atendimento médico, distribuir medicamentos utilizados no tratamento contra o vírus da Covid-19, monitorar a evolução dos casos e auxiliar os profissionais de saúde já lotados na Terra Indígena. No entanto, após a partida dessa equipe permaneceram apenas o profissional de vigilância sanitária para dar continuidade ao monitoramento dos casos de pessoas contaminadas, e os profissionais vinculados à SESAI que estão atuando de maneira intensa para continuar orientando os moradores e auxiliando-os quando necessário.

Na avaliação do professor Peppe, a equipe da SESAI, juntamente com a equipe de saúde da aldeia, está “trabalhando de maneira incansável na prevenção dessa doença. Inclusive eles monitoram todas as pessoas aqui. Ficam incentivando a usarem máscara, a não saírem de casa, já que foi uma perda muito grande que nós tivemos, dos idosos”.

As equipes de saúde realizam ações frequentes, visitando os núcleos da aldeia Trocará e das demais aldeias da TI, levando informações e analisando as evoluções dos casos. Muitos já obtiveram cura da doença, inclusive alguns idosos que ficaram internados em hospitais de Tucuuruí.

Alguns agentes da própria coletividade tais como lideranças indígenas, professores e profissionais de saúde se articularam para desenvolver ações de esclarecimento da população sobre a gravidade da situação e as consequências que poderiam gerar. Temiam que muitas mortes pudessem ocorrer uma vez que pessoas mesmo contaminadas continuavam se deslocando para a cidade, como relatou Peppe: “Nós, enquanto comunidade, diante de tudo isso que está acontecendo, promovemos uma ação com toda a comunidade dizendo: olha, não saiam de suas casas, usem máscara”. Contudo, o número de casos de pessoas contaminadas aumentou e interferiu significativamente nos diferentes setores da TI e de sua população.

Com as políticas de isolamento social os moradores da aldeia tiveram dificuldades para obter alimentos e ter acesso a serviços na cidade de Tucuuruí devido a suspensão da circulação de veículos que realizavam viagens até a cidade de Tucuuruí, gerando uma situação de insegurança alimentar. Outra dificuldade encontrada foi a suspensão da venda de seus produtos nas feiras de Tucuuruí, como os objetos artesanais e, sobretudo, as frutas e farinha de mandioca, suspensas devido aos riscos de serem contaminados.

Algumas atividades extrativas como a pesca continuou a ser realizada, suprindo parte das demandas de consumo de proteínas pelas famílias. Com relação a caça, essa atividade foi afetada uma vez que não realizam as caçadas no modelo tradicional, usando apenas arco e flecha. Tornou-se difícil realizar essa atividade porque tem dificuldades para obter munição uma vez que não podem sair da aldeia, e também estão sem recursos financeiros para comprar.

Embora as 175 famílias residentes na TI Trocará puderam receber o auxílio emergencial do Governo Federal no valor de R\$ 600,00, o fato de precisar se deslocar até a cidade e usar o dinheiro para

a compra de cesta básica tornou-se um fator de exposição ao vírus. Além disso, como as famílias geralmente são numerosas esse auxílio não foi suficiente para suprir grande parte das necessidades de consumo familiar. Para contornar essa dificuldade eles contaram com a ajuda de órgãos governamentais como a FUNAI, a Universidade Norte do Paraná (Unopar), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Federal do Pará (IFPA) de Tucuruí e de Cametá, assim como de entidades não governamentais como o CIMI, que fez a doação de produtos de higiene, de máscaras de proteção e de cestas básicas:

A gente sente a honra de agradecer as pessoas que ajudaram direta e indiretamente a gente na questão da alimentação. Eu gostaria de frisar as instituições que foram solidários com a gente, como a Funai, a Unopar, a UEPA, a UFPA, o IFPA de Tucuruí e de Cametá, que sensibilizaram conosco. Tem também a galera do CIMI que ajudou a gente, e com a equipe da UNB [...]. Quero agradecer também a professora Benedita Celeste que incansavelmente junto com os pesquisadores de seu grupo também sensibilizaram conosco e nos ajudaram muito na questão da alimentação (Peppe Assuriní, Entrevista, 2020).

Outro problema identificado foi o afastamento de funcionários da escola vinculados à prefeitura de Tucuruí em caráter temporário – no que foi denominado pela gestão municipal de “afastamento em massa” – afetou o sustento de suas famílias ao deixarem de receber seus proventos. Este fato contribuiu para aumentar as dívidas que as famílias já possuíam nos comércios da cidade de Tucuruí. Na avaliação feita por Peppe (Entrevista, 2020) sobre os auxílios que receberam é destacado que a “Funai, ela contribuiu também com a gente na questão da prevenção e também na questão da cesta básica. Inclusive eles solicitaram do órgão do Estado e conseguiram as cestas básicas que viesse pra cá, pra aldeia né. E também do governo Federal, nós também tamo sendo assistido na verdade com o auxílio emergencial”.

A dificuldade de acesso a alimentos, como destacado no decorrer deste trabalho, fez com que eles passassem a depender de doações de cestas básicas<sup>7</sup>. Esta situação reflete a falta de assistência efetiva dos governantes nas diferentes esferas municipal, estadual e federal – evidenciando o descaso e negligência em relação aos grupos étnicos do Brasil, pois esse problema afeta outras etnias, como os quilombolas, povos tradicionais como ribeirinhos, camponeses e comunidades pesqueiras.

### **Impactos da pandemia nos rituais fúnebres: a individualização da pessoa**

A pandemia da Covid-19 configurou um contexto marcado por vários tipos de violações de direitos dos povos indígenas, de natureza econômica, política, social e cultural. Outro fator de grande impacto sobre a vida desses povos diz respeito às restrições que lhes foram impostas, por questões sanitárias, para os rituais fúnebres de pessoas que faleceram vítimas da Covid-19 (Cf. Angelo, 2021). Para os Assuriní este é um importante rito de passagem e caso não seja realizado pode interferir no modo como vivenciam o luto. Um dos desafios encontrados foi se adequar aos novos protocolos sanitários para lidar com os corpos dos mortos, de modo a evitar a contaminação (Soares, 2020).

<sup>7</sup> Obtidas por meio de campanhas realizadas por instituições acadêmicas como o IFPA, UEPA e UFPA e ONGs.

Nesse sentido, vivencia-se um novo modo de lidar com a morte e com o morto. Este deixa de existir enquanto pessoa no momento em que é enterrado em valas comuns, sem a presença de familiares e sem realizar os rituais que formalizam a passagem de uma vida para outra. São rituais que simbolicamente marcam o fim dos laços locais.

Na sociedade Assuriní o sujeito social, ou seja, a pessoa, existe enquanto parte de uma intensa rede de relações sociais formadas pelos sujeitos que a constituem. A morte é socialmente concebida de diversas formas, e o morrer está cercado de rituais que ocorrem em momentos específicos, e inclui o choro ritual que pode ser acompanhado pela pintura do corpo do morto e também dos vivos com tinta de jenipapo. Nesse sentido, os ritos fúnebres sinalizam que a sociedade aceita a morte social da pessoa, a quem é atribuído um novo *status*. Em outros contextos, como na sociedade ocidental, mesmo após a morte as pessoas continuam a ser lembradas e a elas se atribui o poder de interferir na vida dos vivos, num processo de atualização das relações que une os vivos e os mortos (Da Matta, 1976, 1997; Carneiro da Cunha, 1978).

Para os Assuriní da TI Trocará a morte de suas principais lideranças políticas, sociais e culturais, vitimadas pela Covid-19 teve mais um desdobramento com a imposição de um outro modo de vivenciar o luto. Na cultura desse povo os rituais fúnebres relacionados à morte e ao luto são necessários para que a alma da pessoa morta parta para o mundo sobrenatural. Para isso são realizados ritos que remetem a um amplo conjunto simbólico que visam concluir o ciclo de existência da pessoa-humana Assuriní. No entanto, as medidas sanitárias adotadas pela OMS (2020) que visam evitar a contaminação pelo vírus, recomendam que os corpos dos mortos sejam lacrados em urnas e enterrados imediatamente, impedindo que os familiares realizem os ritos fúnebres de acordo com os constructos sociais e culturais que rege cada povo indígena.

Entre os Assuriní os rituais fúnebres ocorrem para delimitar as pertencas entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos e evitar que suas fronteiras sejam atravessadas, pelos vivos ou pelos mortos. De acordo com Ribeiro (2020), a inserção de um Assuriní enquanto pessoa no espaço social e sua posterior retirada, que ocorre com a morte, ocorre logo após o nascimento de uma criança quando ela tem seu corpo pintado com tinta de jenipapo para marcar seu pertencimento ao mundo dos humanos. No final de sua vida, ou seja, com o evento da morte, ocorre a desconstrução de seu corpo social quando se utiliza a pintura, agora feita com o urucum, para marcar esse momento de luto e sua passagem / pertencimento ao mundo dos mortos, à tupana, quando encontram Mahíra. Seus familiares, por sua vez, vivenciam o luto pintando seus corpos com tinta de jenipapo.

As pinturas realizadas com urucum no rosto do morto e com jenipapo no corpo de seus familiares, demarcam as pertencas entre os mundos social e sobrenatural. O Urucum, corresponde ao sangue e a esfera sobrenatural, demarcando o lugar do morto, seu pertencimento a esse lugar e o esquecimento do mundo dos vivos. O jenipapo ao ambiente social, diferenciando os vivos dos mortos.

Outros fatores também afetam os Assuriní nesse momento em que ocorrem mudanças bruscas no seu sistema cultural. Alguns povos indígenas puderam realizar os enterros de seus entes nas próprias aldeias, desde que os caixões não fossem abertos (Cf. G1 Rondônia, 2020). Contudo, os Assuriní não

tiveram tal oportunidade, e seus familiares foram enterrados na cidade de Tucuruí, sem passarem pelos ritos fúnebres necessários para fazer a transição de *status*. O impedimento de realizar o enterro e chorar a morte de seus familiares, e as implicações que isso acarreta para o conjunto da sociedade, impactaram fortemente todos os moradores da TI Trocará e, principalmente, os familiares das vítimas que não puderam nem mesmo ver o caixão com os corpos de seus parentes mortos, como destaca o professor Peppe:

Porque essas questões fúnebres dentro da aldeia, é uma coisa que vinha acontecendo quando morria pessoas e trazia pra cá. Aí fazia o velório. As pessoas tinham esse tempo de tá se despedindo. E com essa doença a gente não tivemos nem a oportunidade de ver ao menos o caixão, entendeu? Então é uma dificuldade muito grande. Principalmente porque eles [os caciques] não foram enterrados aqui, eles foram enterrados na cidade. É uma coisa que não é muito da nossa realidade, porque todas as pessoas que morrem são trazidas pra cá pra aldeia e enterradas aqui no cemitério. Então foi uma coisa muito triste pra comunidade. Não foi só pra família, mas foi pra comunidade. E não tivemos nem despedida deles, principalmente as famílias. Então é uma coisa muito dolorosa pra nós, enquanto família. Além do mais tem todos os rituais aqui dos Assuriní, inclusive quando é feito o velório eles pintam o rosto da pessoa, que dizem que é pra esquecer a pessoa. E nós não tivemos a oportunidade de realizar isso (Peppe Assuriní, Entrevista, 2020).

Nesse sentido, além de vivenciarem a angústia causada pela falta de notícias sobre a situação das pessoas que estavam internados, após estas virem a óbito também não receberam atenção e informações por parte das autoridades de saúde e sanitárias sobre os procedimentos que deveriam tomar para realizar o enterro. Devido a essa falta de informações e esclarecimentos, muitos moradores por temerem sair de suas casas na aldeia e nunca mais retornarem, nem mesmo mortos decidiam não informar aos profissionais de saúde quando apresentavam sintomas associados à infecção por Covid-19. Elas preferiam fazer o tratamento em casa, com o uso de produtos e receitas da medicina tradicional. Tal fato contribui para a subnotificação dos casos, impedindo que se tenha uma dimensão exata do número de pessoas infectadas e que foram curadas.

Os familiares dos falecidos e demais moradores da TI Trocará estão se organizando para realizar um ritual fúnebre coletivo, após passar a pandemia, de modo a seguir, de alguma forma, as tradições dos ritos fúnebres e atender as regras sociais que referendam as mudanças de *status* da pessoa social quando esta faz a passagem para o mundo dos mortos, quando vira uma alteridade (Carneiro da Cunha, 1978). O objetivo é demarcar os papéis dos anciãos que eram suas lideranças como fundamentais para a constituição social, política e cultural Assuriní. Ao mesmo tempo, os ritos devem marcar o encerramento de suas pertencas ao mundo social e contribuir para que façam a passagem/ acolhida para o sobrenatural. De acordo com Peppe Assuriní, o ritual será também um momento de expor as violações sociais que os Assuriní estão passando com a pandemia, e deixar evidente que eles continuarão “existindo e resistindo” como fizeram ao longo de sua história.

## Fontes

APIB. Covid-19 e os Povos Indígenas. *Articulação dos povos indígenas do Brasil*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BR5N4F>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ASSURINÍ, Peppe. *Entrevista concedida à Bárbara Ribeiro*. Cametá, 2020.

FIOCRUZ. Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica. *Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância em Epidemiologia do PROCC/Fiocruz e EMap/FGV*. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Mvxx1z>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ISA. O avanço da pandemia em terras indígenas. *Instituto Socioambiental*. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3zVlvJn>. Acesso em: 15 ago. 2022.

OMS. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. *Organização das Nações Unidas*. 16 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3AaMcv1>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ONU. El coronavirus es una pandemia, pero no es momento de rendirse. *UN News*. 11 mar. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3JJVeIV>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ONU. *Resolución aprobada por la Asamblea General* el. *Organización das Nações Unidas*. 03 abr. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3Qf27Os>. Acesso em: 09 ago. 2022.

ROVERE, Emilio Lèbre La; et al. *Estudos de caso da Comissão Mundial de Barragens: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)*. Cidade do Cabo: Comissão Mundial de Barragens, 2000.

SESPA. Teste de indígena falecida dá positivo para Covid-19 no Pará. *Secretaria de Saúde do Pará*. 02 abr. 2020. Disponível em: [l1nq.com/d3aEi](http://l1nq.com/d3aEi). Acesso em: 15 ago. 2022.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO, Eriki Aleixo de. *Pandemia e território*. São Luís: UEMA Edições; PNCSA, 2020.

ANDRADE, Lúcia de. *O Corpo e o cosmos: relações de gênero e o sobrenatural entre os Asuriní do Tocantins*. 316f. Mestrado em Antropologia pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

ANGELO, Maurício. No Brasil, indígenas reinventam o luto durante a pandemia de Covid-19. *eCycle*. 28 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3JIHzeE>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BBC NEWS. Morte de anciãos indígenas na pandemia pode fazer línguas inteiras desaparecerem. *Estado de Minas*. 29 ago. 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahô*. São Paulo: Hucitec, 1978.

DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

G1 RONDÔNIA. Indígenas vítimas da Covid-19 devem ser enterrados na aldeia de origem, pede MPF de Rondônia. *G1 Rondônia*. 09 set. 2020. Disponível em: <http://glo.bo/3vRUzck>. Acesso em: 09 ago. 2022.

KOZINETS, Robert. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LARAIA Roque de Barros; DA MATTA, Roberto. *Índios e Castanheiros*. São Paulo: Difel, 1967.

MARTINS, Helena. Pela primeira vez, índios Assurini relatam à Justiça os danos da Usina de Tucuruí. *Brasil de Fato*. 07 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Pcf767>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; et al. “*Falaram de extinção, mas nós resistimos*”: história do povo Assuriní do Trocará. Cametá: UFPA; Cuntins, 2014.

REDE. Monitoramento Covid-19: povos indígenas do Sudeste do Paraná. *Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dk6Vn8>. Acesso em: 09 ago. 2022.

REINA, Eduardo. Com explosão de casos de covid-19, indígenas do Pará recorrem a socorro de voluntários. *BBC News*. 25 jun. 2020. Disponível em: <https://bbc.in/3zNuZWU>. Acesso em: 09 ago. 2022.

RIBEIRO, Bárbara de Nazaré Pantoja. *Mahira e os saberes femininos: gênero, educação e religiosidade na comunidade indígena Assuriní do Trocará*. 153f. Mestrado em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará. Cametá, 2017.

RIBEIRO, Bárbara de Nazaré Pantoja. Corpo e pessoa Assuriní: práticas de resguardo na aldeia Trocará. *Revista Wamon*, v. 5, n. 1, p. 89-102, 2020.

SANTOS, Tina. Duas lideranças da aldeia Assurini morrem de Covid-19 em menos de 24 horas em Tucuuruí. *Ze Dudu*. 24 maio 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3zHe9cp>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SANTOS, Tina. Morre terceiro índio da aldeia Assurini por Covid-19 em Tucuuruí. *Ze Dudu*. 25 maio 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3zHe9cp>. Acesso em: 09 ago. 2022.

SOARES, João Pedro. O impacto cultural da pandemia sobre povos indígenas. *DW Notícias*. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pNcA8G>. Acesso em: 09 ago. 2022.